

EUA não têm autoridade para criticar, reage ACM

Presidente do Senado vê "atitude prepotente" no relatório do Departamento de Comércio norte-americano que aponta corrupção no Brasil. Benedita da Silva destaca pressões para implantação da Alca

**Líderes
vão discutir
endividamento**

Página 3

**Aprovada
compensação
na Previdência**

Página 3

**Reforma
movimentou
a semana**

Página 2

ACM lembrou que casos de corrupção se multiplicam também nos EUA



"Nós temos que reagir a isso. Do contrário, porque somos mais pobres, ficaremos sempre humilhados." A advertência é do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao comentar os termos do relatório do Departamento de Comércio norte-americano que aponta corrupção no Brasil.

Segundo Antonio Carlos, falta autoridade aos EUA para falar de corrupção, porque o próprio presidente norte-americano é vítima de processos fundamentados e pode até perder o cargo.

Já a senadora Benedita da Silva ressaltou que crescerá a pressão dos EUA sobre o Brasil para a implantação da Alca, porque a Câmara de Representantes deu carta branca ao presidente para negociar acordos de livre comércio. Para Benedita, existe um grande receio com relação ao sucesso futuro do Mercosul. **Página 5**



A CAE (foto) aprovou por unanimidade a indicação do senador Valmir Campelo para ministro do TCU. Vários parlamentares destacaram as qualidades e a trajetória política de Valmir, cuja indicação será analisada pelos plenários do Senado e da Câmara. A comissão também aprovou requerimento de Jáder Barbalho solicitando audiência pública sobre o projeto que institui o Sistema Financeiro Imobiliário. **Página 8**

Previdência foi o destaque da semana

Além de uma proposta de emenda constitucional - a da reforma da Previdência, que teve a votação em último turno encerrada na quarta-feira, com o corte da aposentadoria especial para magistrados -, o Senado aprovou oito projetos durante esta semana.

O plenário deliberou também sobre oito requerimentos, entre eles um voto de louvor aos responsáveis pelo sucesso da organização da visita do papa João Paulo II ao Rio de Janeiro.

Entre os projetos aprovados pelo plenário esta semana está o que dá ao aposentado que volta a trabalhar, e depois se desliga do empre-

go, o direito de sacar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A relatora, senadora Emília Fernandes (PDT-RS), afirma que a proposta vai corrigir uma injustiça cometida contra os inativos.

Nas comissões, foram tomadas decisões como a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até 31 de dezembro de 1999, com efeito retroativo a 1º de julho último. A proposta de manutenção do FEF, defendida pelo relator, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), como necessária à continuidade do sucesso do Plano Real, foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ),

mas ainda terá de ser apreciada pelo plenário.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), com emendas do relator Valmir Campelo (PTB-DF), regulamentando os contratos de seguro-saúde. Já tendo passado pela CCJ, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e, uma vez aprovada, seguirá diretamente para a Câmara (caso não haja recurso para sua apreciação pelo plenário do Senado), por se tratar de matéria sobre a qual as comissões podem deliberar em caráter terminativo, a menos que chamada a plenário por requerimento dos senadores.

MATÉRIAS VOTADAS PELO PLENÁRIO

Emenda aprovada enviada à Câmara	1
Projeto aprovado enviado à Câmara	1
Projeto aprovado enviado à promulgação	3
Projeto aprovado enviado à redação final	4
Requerimentos aprovados.....	8
Total.....	17

Plenário começa a discutir FEF dia 20

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, marcou para o próximo dia 20 o início da discussão, em plenário, da emenda constitucional que prorroga o Fun-

do de Estabilização Fiscal (FEF). A matéria será debatida por cinco dias e, se receber emendas de plenário, voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que o relator apresente parecer.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

PRESIDÊNCIA DE TRABALHOS

Segunda-feira (13.10.97)

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

Terça-feira (14.10.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores será dedicado a homenagear o ex-senador Carlos Gomes de Oliveira

Orador: Espíndio Amin

Pauta: "Projeto de Resolução nº 102/97, que autoriza o estado do Rio Grande do Sul a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFRS; *PLC nº 47/94, que dispõe sobre o exercício profissional do técnico de segurança patrimonial; *PLC nº 18/95, que regulamenta o exercício profissional do histotecnologista; e *PLC nº 18/97, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª Região

Quarta-feira (15.10.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores será dedicado a homenagear o Dia do Professor

Oradores: Emília Fernandes, Ney Suassuna, Joel de Hollanda, Sebastião Rocha, Lúcio Alcântara, Romeu Tuma, Romero Jucá e Espíndio Amin

Pauta: *PDL nº 116/96, que aprova o ato que outorga permissão à Carica Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Correntina, estado da Bahia; *PDL nº 117/96, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Liberdade de Caruaru Ltda.; *PLC nº 76/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade de indicação do número telefônico e do endereço do Procon, por parte dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços; *PLS nº 257/96, que dispõe sobre direito de resposta; e o primeiro dia de discussão da *PEC nº 20/97, que altera o caput do art. 28 e o inciso II do art. 29 da Constituição federal.

Quinta-feira (16.10.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores será dedicado a homenagear o Dia Mundial da Alimentação

Oradores: Osmar Dias, Marina Silva, Romero Jucá e Benedita da Silva

Pauta: *PLS nº 319/95, que dispõe sobre o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; *Requerimento nº 700/97, do senador Lúcio Alcântara, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 16 e 125, de 1996, e 97, de 1997, por versarem sobre matéria financeira, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; *Requerimento nº 782/97, do senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos regimen-

tais, que seja ouvida, sobre o PLS nº 81/95, de sua autoria (dispõe sobre as sociedades cooperativas), além da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, também a de Assuntos Sociais; *Requerimento nº 788/97, da senadora Emília Fernandes, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do PLC nº 44/96 com o PLS nº 112/97; *PLC nº 54/96, que regulamenta o exercício da profissão de Classificador de Produtos Vegetais; e o segundo dia de discussão da *PEC nº 20/97, que altera o caput do art. 28 e o inciso II do art. 29 da Constituição federal

COMISSÕES

Terça-feira (14.10.97)

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública em que será ouvido o depoimento do professor dr. Dalton de Alencar Fisher Chamonie, diretor-presidente da Fundação do Hemocentro de São Paulo, sobre as denúncias de contaminação de sangue veiculadas pela imprensa. Sala 9 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Ofício "S" nº 79/97, que encaminha solicitação do governo do estado do Rio Grande do Norte para contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF;

*Ofício "S" nº 80/97, que encaminha solicitação do governo do estado do Rio Grande do Norte para contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF;

*Mensagem nº 166/97, que encaminha a Programação Monetária relativa ao quarto semestre de 1997; *Ofício "S" nº 86/97, que encaminha solicitação do governo do estado da Bahia a respeito de concessão de garantias e contragarantias, no valor de até R\$ 40.800.000,00, aos agricultores da lavoura cacaujeira baiana; *Mensagem nº 156/97, que solicita autorização do Senado para contratar operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e a empresa húngara Medicor Comercial S.A.; e *Ofício "S" nº 78/97, que encaminha ao Senado Federal solicitação do governo do estado do Mato Grosso do Sul para contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

À tarde, após a Ordem do Dia - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Discussão das emendas coletivas da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura ao Orçamento da União para o ano de 1997. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

Quarta-feira (15.10.97)

Projeto Cultura ao Meio-Dia, da Coordenação das Relações

Públicas

10h - Exibição do filme *O Menino Maluquinho*. Auditório

Patrônio Portella

Cultura ao Meio-Dia com exibição do filme *O Guarani*, de

Norma Benguel. Auditório Patrônio Portella

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluces Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida, José Humberto Mancuso e Luiz Augusto Gollo

Repórteres da Agência Senado - Alessandra Rocha, Anoushe

Silveira, Antonio Caraballo, Beatriz Mendonça, Bernadete Barboza,

Domingos Mourão, Eli Teixeira, Fábio Lino, Gilberto Campos, Graça

Henriques, Jorge Frederico, Lúcio Leal, Márcia Magalhães, Monica

Coccus, Paulo Henrique Bezerra, Rafael Paixão, Rita Nardelli, Suelly

Bastos e Teresa Cardoso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miquêas

Dantas de Moraes

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

O material jornalístico produzido pela Agência Senado é também distribuído na Internet, no STM-400 da Embratel e para 110 veículos de comunicação em todo o país.

www.senado.gov.br

Presidente do Senado convoca líderes para reunião sobre problemas surgidos em relação aos pedidos de autorização para contrair empréstimos por parte dos estados. "Não podemos dar tratamento diferente para situações iguais"

Senado busca critérios para endividamento

PREVIDÊNCIA

Plenário acolhe regras para compensação entre sistemas

O plenário do Senado aprovou ontem substitutivo de Jefferson Péres (PSDB-AM) a projeto que regulamenta a compensação financeira entre os sistemas de previdência social (incluindo o INSS) na contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria. Essa compensação consta da Constituição e, na prática, deverá levar o INSS a repassar dinheiro aos estados e prefeituras.

A compensação foi criada porque um trabalhador, ao



Jefferson: repasse da contribuição mudar de sistema, pode contar o tempo já trabalhado para se aposentar no novo emprego. Quem trabalhou, por exemplo, em empresa privada, contribuiu

para o INSS. Se essa pessoa passa em concurso público e vai se aposentar pelo serviço público, o INSS, pela compensação, terá de repassar dinheiro ao órgão público, que será o responsável pelo pagamento da aposentadoria do funcionário.

Na discussão do projeto, Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou que a compensação repassará dinheiro do INSS aos municípios em valor superior às perdas municipais com a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, convocou para quarta-feira uma reunião com todos os líderes de partidos e o presidente da CAE, quando pretende encontrar uma solução para os problemas surgidos com pedidos estaduais de endividamento, mas com ressalvas do Banco Central por causa de descompromimentos de condições previstas na Resolução 69/95 do próprio Senado.

- As coisas não podem continuar como estão. Não podemos dar tratamento diferente para situações iguais - afirmou.

Pouco antes, o plenário havia aprovado um pedido do governo do Rio Grande do Sul para levantar junto à CEF financiamento de R\$ 4,9 milhões, destinado a obras de infraestrutura no município de Bagé. No entanto, o plenário, em seguida, decidiu encaminhar à CAE, para nova análise, um pedido de Minas Gerais para conceder garantia a um empréstimo da CEF à Cohab-MG, no valor de R\$ 11,8 milhões.

Nos dois casos, Roberto Requião (PMDB-PR) e Omar Dias (PSDB-PR) recomendaram voto contrário, porque o Banco Central advertiu que os governos do Rio Gran-

de do Sul e de Minas não vêm cumprindo todas as exigências da resolução do Senado.

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) leu o ofício do secretário do Tesouro ao presidente do BC, onde afirma que a União não analisará pedidos de endividamento de estados que tenham dívida financeira superior às suas receitas líquidas. Waldeck Ornelas (PFL-BA) contestou a posição do Tesouro, assinalando que os protocolos de renegociação de dívidas estaduais com o governo federal prevêm que os estados somente poderão contratar novas dívidas caso mantenham sempre decrescente a relação dívida-receita.

Vilson Kleintübing (PFL-SC) ponderou que tem surgido confusão por causa do momento de transição, quando o Senado, depois da CPI dos Precatórios, discute uma resolução que vai substituir a 69/95, incorporando todas as sugestões da CPI. Disse que na próxima semana a CAE discutirá a resolução, a qual estabelece em mínimos detalhes quando um estado e a União podem ou não conceder aval e que tipo de parecer o BC deve encaminhar ao Senado.

ACM prevê aprovação na Câmara

A Câmara provavelmente aprovará, por larga maioria, o texto do Senado à proposta de reforma da Previdência Social. A previsão foi feita ontem pelo senador Antonio Carlos Magalhães, em entrevista à Rede Cearense de Notícias. O presidente do Senado negou qualquer preocupação em relação a possíveis retaliações por parte dos magistrados, que perderam o direito a apo-

sentadoria especial.

Segundo Antonio Carlos, o Senado tem a preocupação de respeitar os bons projetos que recebe da Câmara, daí por que quando "o texto vem pronto nós o aprovamos sem dificuldade". Como não há possibilidade de mudanças parciais, a questão para os deputados será aprovar o projeto tal como saiu do Senado ou então "derrubar tudo e voltar ao texto originalmente aprovado pelos deputados". O senador previu uma aprovação

"quase por unanimidade".

A questão das retaliações mereceu uma contestação enfática do presidente do Senado. "Sou homem que anda corretamente, procedo bem e não preciso da Justiça para me ajudar", afirmou. Antonio Carlos destacou sua crença em que "os magistrados são dignos e não farão isso", mas garantiu não ter medo dos juizes. "Se eles quiserem ser menores, saberei reagir", frisou.

Dutra questiona redação final

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, afirmou ontem que não concorda com a redação final que foi dada ao texto da reforma da Previdência, após a supressão de uma parte que trata da aposentadoria de militares.

Dutra disse que só ontem tomou conhecimento da redação final e quis saber se o texto final tinha sido submetido na quarta-feira, após aprovação, ao plenário. O presidente em exercício, Waldeck Ornelas (PFL-

BA), confirmou que o plenário aprovou a redação final.

Em aparte, Esperidião Amin (PPB-SC) sustentou que a decisão da presidência da sessão do Senado de quarta-feira de aceitar a votação, em destaque, de requerimento para suprimir alguma parte de emenda, como aconteceu durante a reforma da Previdência, "permitirá que se possa criar" e isso "é um risco".

José Fogaça (PMDB-RS) ponderou que, ante a jurisprudência criada, os senadores têm agora que estabelecer, na



Dutra: aposentadoria de militar legislação, um limite para emendas de segundo turno e "esse limite deve ser a impossibilidade de se modificar substancialmente o texto".

Cheque endossado agora deverá ter o nome do beneficiário

O plenário aprovou ontem projeto de lei, apresentado pela CPI dos Precatórios, que procura evitar a transformação de cheques nominativos em cheques ao portador, contornando a norma que estabelece a obrigatoriedade do cheque nominal.

Pela proposta, que agora será remetida à apreciação dos deputados, todo cheque que vier a ser endossado deverá conter o nome do beneficiário do endosso. O projeto afirma que o endosso em bran-

co "será considerado como não escrito".

O plenário aprovou ainda outro projeto apresentado pela mesma CPI que altera a legislação sobre fundos de pensão, estabelecendo o princípio da gestão paritária nos fundos patrocinados por entidades públicas. O projeto, que também terá de ser votado pelos deputados, prevê a possibilidade de demissão dos dirigentes de fundos quando eles não cumprirem a vontade da maioria dos participantes.

Requerimento do senador pede que o ministro do Meio Ambiente forneça a relação de empresas e áreas onde atuam ou pretendam atuar. Segundo a imprensa, existiriam na Amazônia 22 transnacionais em operação

Madeiras asiáticas preocupam Ademir

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou ontem, em plenário, requerimento a ser encaminhado, pela Mesa, ao ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, em que solicita informações referentes à atuação das madeiras de países do Sudeste Asiático na Amazônia.



Ademir pede esclarecimentos a Jungmann

No requerimento, o senador pede ao ministro Raul Jungmann que forneça, entre outros esclarecimentos, "a relação das empresas madeiras de origem asiática e áreas onde estão atuando ou pretendam atuar, a extensão e o potencial madeireiro dessas áreas e o volume de madeira explorado anualmente por essas empresas".

Ademir Andrade, na justificação, salientou que nos dois últimos anos tem sido anun-

ciada a presença, na Amazônia, de indústrias madeiras provenientes sobretudo da Malásia, Indonésia e China, "as quais controlam o mercado mundial de madeiras tropicais". O senador observou que, de acordo com denúncias veiculadas pela imprensa, "em toda a região amazônica já existiriam 22 empresas transnacionais em operação, a maioria vinda da Ásia, e mais três deverão estar aqui até o próximo ano".

Alves reforça apelo ao social feito pelo papa

O senador José Alves (PFL-SE) disse ontem que o papa João Paulo II, em sua visita ao Brasil, deixou um "exemplo de humildade e sabedoria e um verdadeiro marco de reflexão para toda a sociedade, sejam governantes, políticos ou cidadãos comuns".

- De nada valerá uma economia forte e saudável enquanto persistirem a fome, o desemprego, a doença e o clamor que vem das ruas e do campo - afirmou.

Na opinião de José Alves, João Paulo II, primeiro papa a visitar o Brasil, pôde demonstrar, em sua octogésima viagem às nações do mundo, que o seu prestígio ultrapassa os limites protocolares de chefe de Estado e autoridade máxima da

Igreja Católica.

- Sua Santidade cativou com o seu carisma, a sua personalidade exuberante, a sua experiência de vida, o seu extraordinário empenho em abrir as portas do mundo ao diálogo cristão, a sua luta pessoal e incansável em prol da justiça social e da valorização da pessoa humana e, por isto, foi acolhido com grande afeição e hospitalidade no coração dos cariocas e na alma do povo brasileiro - ponderou.

DÍVIDA PÚBLICA

José Alves também criticou o aumento da dívida pública federal, comentando que ela alcançará, em dezembro deste ano, o valor de R\$ 356 bilhões. Segundo o senador, dados do próprio governo indicam que, em dezembro do ano que vem, essa dívida chegará a R\$



José Alves: mais justiça

378 bilhões.

- Essa constatação é motivo de grandes preocupações, pois a dívida tem aumentado em percentuais acima do crescimento do Produto Interno Bruto, passando, a cada ano, a engolir uma parcela cada vez maior do Orçamento da União, comprometendo, assim, os investimentos na área social - salientou.

Suassuna pede providências contra seca na Paraíba

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu ontem ao governo federal a adoção de medidas urgentes que possam resolver ou pelo menos minorar os problemas provocados pela seca que castiga a população do interior nordestino. "Há falta d'água no Nordeste, mais especialmente no sertão e em vários municípios da Paraíba", disse.



Suassuna: falta água até para beber

Falando como líder do seu partido, o senador manifestou sua esperança de que as providências sejam tomadas "o mais rapidamente possível, porque a situação é extremamente grave e o povo quer água para beber e fazer comida".

Suassuna leu telegrama no qual o prefeito da cidade paraibana de Puxinanã, Or-

lando Dantas de Miranda, comunicava ter decretado estado de calamidade pública no município, "em decorrência da falta d'água potável e para consumo doméstico e animal, e da extrema penúria da população puxinanãense em consequência da seca que assola a região desde 1996, intensificada neste ano".

Odacir Soares condena o aborto e a intolerância contra pregação do papa

Baseando-se em textos bíblicos, o senador Odacir Soares (PTB-RO) considerou normais as manifestações de hostilidade por parte de "segmentos minoritários da sociedade" contra a visita de João Paulo II ao Brasil. Segundo o senador, ao pregar "valores do Reino de Deus em oposição aos valores do mundo", o papa torna-se alvo preferido dos que se rebelam contra "certas exigências e rigores da doutrina legada por Cristo à sua Igreja".

Odacir Soares referiu-se ao trecho bíblico sobre o "sinal de contradição" na vida de Cristo para explicar as críticas recebidas pelo papa. Para o senador, Jesus, assim como o papa, também incomodou a muitos quando defendeu os pobres, os oprimidos, os putos de coração e os que so-



Odacir: dom da vida intangível

frem de perseguição por causa justa.

- Fosse o papa menos intransigente na defesa da vida, não seria mais molestado pelas manifestações hostis dos fanáticos abortistas, dos homossexuais militantes, dos

manipuladores do controle populacional drástico e dos insatisfeitos de todos os matizes, com a oportuna pregação dos valores evangélicos - reforçou.

Odacir Soares apoiou a condenação do papa ao aborto, afirmando que tal opinião tem fundamentos tanto da ética cristã quanto da lei natural.

- Sob ambos os enfoques, a vida humana é intangível, não sendo, portanto, lícito suprimi-la, nem naqueles que já nasceram, nem naqueles que vivendo, ainda que em estado pré-natal, encerram em si dom intangível da vida desde o instante de sua concessão - explicou.

O senador congratulou a Arquidiocese do Rio de Janeiro e a comissão que organizou a visita do papa pelo sucesso do evento.

O presidente do Senado diz que falta autoridade aos Estados Unidos para criticar corrupção, já que seu próprio presidente é vítima de processos fundamentados e pode até perder o cargo

ACM reage a relatório americano



Amorim: adversário de Piana

Amorim crê que TSE acatará seu recurso contra decisão do TRE

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse ontem ter certeza de que o Tribunal Superior Eleitoral acatará seu recurso contra a decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Rondônia que o declarou inelegível por três anos por suposto abuso de poder econômico na campanha de 1994.

De acordo com Amorim, a coligação liderada pelo candidato derrotado ao Senado, Amir Lando, entrou com uma representação na Justiça Eleitoral, alegando que ele teria sido beneficiado pelo ex-governador Osvaldo Piana em uma festa de inauguração de uma linha de transmissão de energia durante a campanha eleitoral.

- Eu não participei da festa de inauguração do linhão, já que, no mesmo dia, eu estava recebendo o título de cidadão honorário concedido pela Câmara Municipal de Ariquemes. Além disso, o ex-governador Osvaldo Piana é meu adversário político - afirmou.

Ernandes Amorim criticou o fato de o advogado Sérgio Darwich, representando a OAB, ter atuado como juiz no processo do TRE. Conforme frisou, Darwich herdou do pai uma sociedade com Amir Lando em processos relativos à regularização fundiária e desapropriações em Rondônia.

- Trago este fato ao conhecimento da Casa para que se tenha idéia do que vem ocorrendo em meu estado com relação a juízes que não são togados.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reagiu ontem aos termos do relatório do Departamento de Comércio norte-americano que aponta "corrupção endêmica" no Brasil, classificando de "atitude prepotente" e estranhando a divulgação do documento às vésperas da visita do presidente Bill Clinton ao país, que começa na próxima segunda-feira.

- Falta autoridade aos Estados Unidos para falar de corrupção, porque o próprio presidente da nação norte-americana é vítima de processos que já são fundamentados, e pode

até perder o cargo. Que autoridade tem um país para reclamar de outro, sobretudo na hora em que seu presidente vem visitá-lo? - indagou.

Para o senador, a única diferença que talvez exista entre Brasil e Estados Unidos, se o assunto é corrupção, é que lá - onde "os casos também se multiplicam" - muitos são punidos. "Aqui se combate a corrupção, mas ela ainda existe porque a Justiça nem sempre toma as providências indispensáveis", assinalou.

Antonio Carlos considera o episódio exemplo da "atitude prepotente" que os norte-ame-

ricanos costumam adotar, "e, infelizmente, os outros países aceitam".

- Nós temos que reagir a isso; do contrário, porque somos mais pobres, ficaremos sempre humilhados - afirmou.

O senador acha que a reação da diplomacia brasileira deveria ter sido mais dura, para evitar a "repetição audaciosa" deste tipo de incidente.

- Cada um tem seu estilo, e eu respeito o estilo do presidente Fernando Henrique, mas eu acho que ele deveria ter sido mais enérgico - disse.

Sobre as justificativas do embaixador dos EUA, Anto-

nio Carlos comentou que ele apenas cumpriu a obrigação de defender seu governo. Da mesma forma, observou, "a nós cabe defender o país das acusações, mesmo procedentes, mas esvaziadas pela falta de autoridade dos americanos de falar em corrupção".

Segundo o senador, o relatório, dirigido aos empresários da comitiva do presidente Clinton, é mais uma demonstração da inabilidade da diplomacia norte-americana, já que os EUA são "useiros e vezeiros" em gases do tipo.

Benedita avisa que pressão sobre o Brasil vai aumentar

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse ontem que a partir de agora haverá uma pressão maior dos EUA sobre o Brasil para a implantação da Alca, já que a Câmara de Representantes daquele país aprovou quarta-feira o projeto que dá autonomia ao presidente para negociar acordos de livre comércio independentemente da aprovação do Congresso.

- Pode-se vislumbrar, através dos discursos prepotentes e agressivos de certas autoridades estrangeiras, grande receio com relação ao futuro sucesso do Mercosul. Certamente, as razões estão para além dos aspectos meramente "economicistas". Talvez estejam em conceitos concretos como independência, autodeterminação, soberania - afirmou.

Por causa dessa nova situa-

ção, Benedita da Silva sugere que as ressalvas do governo brasileiro precisam ser mais trabalhadas para assegurar uma posição que garanta os interesses do país ao longo da negociação. "O Brasil, pela sua importância no cenário mundial, seus avanços e perspectivas, deve apresentar na mesa de negociações o seu lado positivo e defender os seus interesses", destacou.



Benedita: soberania



Engenheiros pediram os mesmos benefícios dos colegas do Inbra



Antonio Carlos falou com Ramizy sobre intercâmbio

Engenheiros do DNER pedem apoio à volta do Fundo Rodoviário

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem pela manhã comitiva de dirigentes dos distritos rodoviários do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), que pediram apoio para o movimento pela recriação do Fundo Rodoviário Nacional, com vistas a melhorar os tra-

balhos de recuperação e conservação da malha rodoviária brasileira.

Acompanhados do deputado José Rocha e do diretor executivo do órgão, Maciste Granha de Mello Filho, os engenheiros do DNER solicitaram também ajuda do presidente do Senado para extensão a eles dos benefícios sa-

lariais concedidos pela Medida Provisória 1585 aos engenheiros do Inbra, aos agrônomos e engenheiros florestais.

EGITO

O presidente do Senado recebeu também a visita do embaixador do Egito no Brasil, Ramizy Ezzeltin Ramizy, com quem conversou a respeito

das iniciativas para incrementar as relações comerciais e culturais entre os dois países.

O diplomata estava acompanhado do deputado Nelson Marchezelli, que destacou a contribuição dos parlamentares egípcios e brasileiros para essa maior aproximação, a partir da formação de comissões com esse objetivo.

Vinte anos de Mato Grosso do Sul

O Senado prestou ontem homenagem aos 20 anos de criação do estado de Mato Grosso do Sul. O senador Ramez Tebet, autor da iniciativa, advertiu o governo, em seu discurso, para a necessidade de se estabelecer uma política de desenvolvimento regional. Levy Dias afirmou que a juventude necessita de mais confiança e esperança no futuro e constatou a falta de um plano de

desenvolvimento. Lúdio Coelho, por sua vez, mostrou-se otimista com o potencial agrícola e a posição geográfica estratégica do estado. Já o senador Carlos Bezerra, de Mato Grosso, disse que os mato-grossenses estão cada vez mais unidos e que os dois estados representam várias califórnia. Na presidência dos trabalhos, a senadora Júnia Marise associou-se às homenagens.

Para Tebet, momento é de rever os rumos

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que somente o elevado espírito de luta dos sul-mato-grossenses impede que a data seja vista com frustração e desânimo. Para ele, a grandeza humana de seus conterrâneos evita que o momento seja de cobranças e ressentimentos para se tornar em oportunidade de revisão de rumos, de acentuação dos acertos e de avaliação das perspectivas.

Ele disse que muitas promessas feitas à época da criação do estado não se realizaram, e Mato Grosso do Sul ainda não responde às expectativas de então. "Os sul-mato-grossenses, entretanto, não se intimidam ou se retraiem com esse resultado. Persistem na busca de seu objetivo de criar um estado especial, que responda aos seus anseios generosos", garantiu.

Dessa forma, Tebet considerou o vigésimo aniversário de criação do estado como um momento oportuno de reflexão, com vistas às novas ações



Tebet: hora de pagar as promessas que devem ser empreendidas.

Na opinião do senador, o governo deve estar atento às necessidades de Mato Grosso do Sul e responder ao esforço que a sociedade local vem desenvolvendo, tanto para preservar as conquistas alcançadas como para atrair investimentos privados para a região.

Ele pediu que as autoridades cumpram antigas promessas feitas ao estado de Mato Grosso do Sul e que se estabeleçam compensações pelos prejuízos causados pela Lei Kandir.

Lúdio Coelho acredita no potencial agrícola

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) disse que seu estado, cujas atividades principais são a pecuária e a agricultura, apresenta perspectivas excelentes de crescimento, sendo capaz de abastecer o mundo inteiro.

Lúdio Coelho destacou que, após a divisão do estado de Mato Grosso, a parte norte se desenvolveu e hoje é uma grande produtora de gêneros alimentícios, contribuindo grandemente para a economia brasileira, o que deverá acontecer também com Mato Grosso do Sul.



Lúdio: posição estratégica do estado

O senador disse que, apesar das dificuldades momentâneas, acredita também no desenvolvimento do estado, sobretudo pela situação geográfica privilegiada e estratégica que tem, por fazer fronteira com a Bolívia e o Paraguai e estar ligado aos estados do Paraná, São Paulo, Goiás e Mato Grosso.

Lúdio observou que as construções da ponte sobre o rio Paraguai, ligando o Brasil à Bolívia, e da usina termelétrica de Corumbá abrirão novas perspectivas para a área de influência da capital mato-grossense, que, no passado, teve um papel econômico e social importante como base de abastecimento do norte de Mato Grosso e de parte da Amazônia.

Segundo o senador, a falta de conservação dos rios Cuiabá e Paraguai praticamente acabou com a navegação por aquela região. No entanto, frisou, a proposta de recuperação do porto de Corumbá resgatará a atividade econômica, fazendo superar o atual isolamento da região.

Levy reclama projeto de desenvolvimento

Preocupado com a ausência de um projeto de desenvolvimento para o estado, o senador Levy Dias (PPB-MS) observou que este é o momento de Mato Grosso do Sul, 20 anos depois da sua criação, refletir sobre o futuro.

- É preciso devolver à juventude do estado a esperança no futuro de Mato Grosso do Sul, pois eu me preocupo se esta chama não esteja se apagando. É bom lembrar que, na época da sua criação, no governo Ernesto Geisel, surgiu uma expectativa no Brasil inteiro, especialmente na comunidade da região, de que Mato Grosso do Sul fosse a Terra Prometida - afirmou.

Ao considerar que, ao se criar um estado, o objetivo maior é o bem-estar da população, Levy Dias acentuou que a divisão de Mato Grosso foi bom para ambos os lados. Conforme salientou, o novo estado nasceu para ser o celeiro do país, mas, ultimamente, a agricultura não tem tido o devido apoio do governo fede-



Levy: falta de apoio à agricultura

ral. "Mato Grosso do Sul não produz chips de computador, mas produz alimentos. Sem computador, nós podemos viver, mas sem comida ninguém consegue sobreviver", frisou.

O senador lembrou os problemas por que passa Mato Grosso do Sul, como o alto número de desempregados, que em Campo Grande chega a 50 mil pessoas, e a dívida estadual de US\$ 2 bilhões, que, a seu ver, "é impagável".

Bezerra destaca união dos mato-grossenses

Apesar da divisão geográfica, os mato-grossenses estarão cada vez mais unidos na busca de um futuro melhor para todos, inclusive para os habitantes do Centro-Oeste, previu ontem o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). Na opinião do senador, o grande erro cometido foi cada estado da região ter vivido isoladamente, de costas um para o outro.

Bezerra explicou que essa era "uma visão errada brasileira" de olhar apenas para o oceano e achar que a solução para o país estava além-mar, quan-

do a solução para nossos problemas está no interior, e hoje Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são eles importantes para a integração latino-americana, cujo mercado se abre para o Brasil e para o mundo.

Na opinião do senador, a vocação do Centro-Oeste é ser grande produtor de alimentos para abastecer o mundo e tornar o Brasil seu maior produtor, porque o alimento se torna cada vez mais estratégico, mais estratégico até do que o petróleo, porque a população mundial cresce e a produção não cresce na mesma proporção. "Os Estados Unidos têm uma Califórnia. O Brasil tem várias califórnia, entre elas Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins", afirmou.

O senador disse que Mato Grosso é a saída natural para o Pacífico e muitos não sabem que essa ligação já está pronta: uma rodovia partindo de Cuiabá permite as exportações, especialmente de carne, para o Chile e o Peru.



Bezerra: califórnia mato-grossenses

Senador, que esteve com o presidente pela manhã, analisou em plenário as três propostas em tramitação no Congresso

Suplicy pede a FHC apoio ao texto de Emília sobre renda mínima

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ontem que, em encontro pela manhã, apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso no sentido de que contribuía para a aprovação do substitutivo da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) a projeto de lei instituindo programa de renda mínima.

Suplicy explicou que há um outro substitutivo ao mesmo projeto em tramitação no Senado, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), além de outra proposição de sua autoria, apresentada em 1991, em tramitação na Câmara dos Deputados.

Na opinião do senador, se o governo federal considera o seu projeto difícil de viabilizar, por considerá-lo caro, o presidente poderia contribuir para aprovar o substitutivo elaborado por Emília Fernandes, vinculando a renda mínima à educação, que, a seu ver, é o mais adequado.

O senador comparou as três propostas em tramitação no Congresso: o seu projeto custaria R\$ 17,4 bilhões, atingindo 32,5 milhões de pessoas, enquanto o substitutivo de Emília Fernandes teria um custo de R\$ 4,9 bilhões e beneficiaria 9 milhões de famílias. Já o de Lúcio Alcântara custaria



Suplicy: pedido ao presidente

RS 1 bilhão e contemplaria 2,1 milhões de famílias.

Suplicy destacou ainda que, na conversa com o presidente, tratou da situação do Timor Leste, atualmente ocupado pela Indonésia.

Jonas acusa Confaz de prejudicar agricultura

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) afirmou ontem que é "inaceitável" a decisão tomada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) de cancelar a isenção do ICMS sobre as vendas estaduais e a redução de 50% desse imposto em operações interestaduais de insumos e produtos agrícolas. Ele disse que "a medida provocará uma elevação nos custos de zero para 17%", em alguns casos.

Na opinião do senador, essa mudança no ICMS provoca, em alguns segmentos, um aumento de 8% a 10% nos custos



Jonas: decisão inaceitável

de produção, refletindo nos preços finais e nas condições de competitividade. "A elevação na carga tributária sobre os insumos e produtos agrícolas irá onerar o setor agrícola em cer-

ca de R\$ 1,3 bilhão", frisou.

- Essa decisão do Confaz é inaceitável. Ela demonstra o anacronismo do sistema tributário e a visão míope e imediatista dos governos estaduais e seus secretários de Fazenda - acrescentou.

Jonas Pinheiro afirmou que "é passada a hora de rever esses procedimentos decisórios e de questionar a própria existência desse conselho". Conforme acentuou, "a decisão do Confaz evidencia também a urgente necessidade da reforma tributária, para que o Brasil tenha um sistema tributário mais contemporâneo".

Requião anuncia decisões do PMDB

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) leu ontem, em plenário, nota segundo a qual "o Colégio de Líderes e Vice-líderes do PMDB nas Assembleias Legislativas, reunido dia 3 em Belo Horizonte, decidiu solicitar à direção nacional do partido o debate sobre a candidatura própria para a Presidência da República e para os governos dos estados, centrado em programa que tenha como plataforma uma ordem econômica



Requião: definições no partido

ca e política capaz de garantir a geração de empregos e a justiça social".

De acordo com a decisão

do colegiado, "mister se faz buscar alternativas para os problemas da economia e corrigir as injustiças e desigualdades sociais que afligem a nação". Foi decidido ainda que a direção do partido "coordene com as executivas estaduais a agenda de viagem de todos os pré-candidatos aos estados, para que eles tenham a oportunidade de mostrar a forma como pretendem conduzir o programa político do partido para as eleições de 1998".

Flaviano promove convênio entre Ibama e cidade acreana

Solenidade de assinatura de convênio entre o Ibama e a prefeitura de Plácido de Castro (AC) objetivando a instalação de um mirante e trilha de acesso ao Parque Ecológico daquela cidade foi realizada ontem no gabinete do

senador Flaviano Melo (PMDB-AC). O convênio, no valor de R\$ 50 mil, dará condições para a realização de atividades de educação ambiental e para a prática de turismo ecológico naquela área.

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) sobre filiação partidária e a nova Lei Eleitoral
 - 7h30 - "Jornal da Amazônia"
 - 8h - Debate entre o senador Levy Dias (PPB-MS) e o deputado federal Delfim Netto (PPB-SP) sobre a política de juros do governo federal e as reformas fiscal e tributária (reapresentação)
 - 9h00 - Sessão plenária (ao vivo)
 - Em seguida - Reunião da CCJ sobre o FEF, realizada em 7/10 (reapresentação)
 - 19h30 - "Sete Dias na Política" (gravado)
 - 20h30 - "Congresso Hoje"
 - 20h35 - "Senado em Pauta"
 - 20h40 - Sessão plenária (reapresentação)
 - 00h30 - "Jornal da Amazônia"
 - 01h - Debate entre o senador Waldeck Ornelas e o chefe de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa, Eduardo Assad, sobre os efeitos do "El Niño" na agricultura brasileira (reapresentação)
 - 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
 - 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
 - 6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)
- Obs.: Programação sujeita a alterações

Destaque da programação do fim de semana:

Sábado

- 10h - Reapresentação da 1ª. Teleconferência do ILB (realizada em 05/08/97)
- 14h - Reapresentação da reunião da CCJ de 07/10, que discutiu o FEF

Domingo

- 10h - Reapresentação da 2ª. Teleconferência do ILB (realizada em 30/09/97)
- 14h - Reapresentação da sessão plenária do dia 08/10, quando se votou a reforma da Previdência

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 8h45 - "Plenário em Revista"
- 9h - Sessão plenária
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 24h - Retransmissão da sessão plenária

SÁBADO

- 8h - Resenha da semana (plenário)
- 10h - Resenha da semana (plenário)
- 11h - Programa "A Música Erudita e seus Mestres"
- 15h - Resenha da semana (comissões/presidência)
- 16h - Programa "A Boa Música do Brasil"
- 22h - Programa "Século XX"

DOMINGO

- 8h - Resenha da semana (plenário)
- 10h - Resenha da semana (comissões/presidência)
- 11h - Programa "A Música Erudita e seus Mestres" (reprise)
- 15h - Resenha da semana (plenário)
- 16h - Resenha da semana (plenário)
- 17h - Programa "Século XX" (reprise)
- 22h - Programa "A Boa Música do Brasil" (reprise)

Relator do projeto de decreto legislativo indicando o senador para o tribunal, José Roberto Arruda disse que sua atuação na área de fiscalização e controle o credencia ao cargo

Comissão aprova Valmir para TCU

Por unanimidade de votos, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem parecer favorável a projeto de decreto legislativo, de autoria das lideranças partidárias, indicando o nome do senador Valmir Campelo (PTB-DF) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Se os plenários do Senado e da Câmara confirmarem a decisão da CAE, ele ocupará a vaga

aberta com a aposentadoria do ministro Paulo Afonso Martins de Oliveira.

O relator do projeto, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que a indicação de Valmir Campelo para o TCU é uma homenagem ao Distrito Federal. Arruda lembrou que o ministro indicado foi, durante dezesseis anos ininterruptos, administrador do Gama e de Taguatinga e prefeito de Brazlândia.

José Roberto Arruda lembrou também que, quando deputado constituinte, Valmir Campelo só foi menos frequente que o deputado Ulysses Guimarães, tendo faltado apenas a uma sessão. Na sua opinião, a formação profissional de Valmir, sua experiência como homem público e sua atuação na área de fiscalização e controle o credenciam a ocupar o cargo de ministro do tribunal.

Em pronunciamento antes da votação, Valmir Campelo afirmou que são essenciais o aperfeiçoamento, a ampliação e a consolidação da estruturação do Tribunal de Contas da União para o exercício mais efetivo do apoio direto ao Congresso Nacional. Ele defendeu a necessidade de ajustes na Constituição e na legislação para que se eliminem os obstáculos ao trabalho do TCU e se abram perspectivas para uma atuação mais consentânea com as



Valmir (E), com Fernando Bezerra e Bello Parga, ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos

necessidades e exigências da atualidade.

- O que nos parece indubitável é que a sociedade brasileira não aceita mais uma corte de contas voltada para o passado, quando tudo já está consumado e quase nada pode ser feito; voltada apenas para a análise e a apreciação dos as-

pectos formais da ação do poder público. Anseia essa sociedade, ao contrário, por uma instituição forte, que fiscalize e se empenhe, de todas as formas possíveis, para descobrir e desarmar o escândalo e evitar, preventivamente, os danos e prejuízos ao Erário.

Valmir Campelo recebeu

elogios dos senadores João Rocha (PFL-TO), Elcio Alvares (PFL-ES), Osmar Dias (PSDB-PR), Ramez Tebet (PMDB-MS), Romero Jucá (PFL-RR), Ney Suassuna (PMDB-PB), Marluce Pinto (PMDB-RR), Lcomar Quintanilha (PPB-TO), Waldeck Ornelas (PFL-BA), Beni Veras (PSDB-CE), Júlio Campos (PFL-MT), Esperidião Amin (PPB-SC), Bello Parga (PFL-MA), Levy Dias (PPB-MS), Vilson Kleinübing (PFL-SC), Ademir Andrade (PSB-PA) e Gilvam Borges (PMDB-AP). O senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), que presidiu a sessão, também manifestou sua satisfação com a indicação de Valmir para o TCU.



Camata: abusos na programação

Camata sugere debate sobre violência e sexo na TV e Internet

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) sugeriu ontem a realização de um debate na Comissão de Educação para discutir a regulamentação da Internet e a programação de TV, que na sua opinião tem apresentado "muita violência e pornografia". A proposta da audiência pública está prevista para a próxima semana. A intenção de Camata é que sejam convidados para o debate representantes da Associação Brasileira de Emissores de Rádio e TV (Abert) e da Igreja, educadores e pais. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) manifestou seu apoio à sugestão.

CONCESSÕES

Na mesma reunião, presidida pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), a comissão aprovou parecer favorável à renovação de concessão para explorar serviços de radiodifusão em FM à Rádio Veneza, em Recife, e em onda média à Fundação São Vicente de Paulo, em Araucária, no Paraná.

A comissão aprovou ainda o parecer pela renovação de concessão para que a Sociedade de Rádio e Televisão Alterosa possa explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens em Belo Horizonte.

As matérias foram relacionadas, respectivamente, pelos senadores Carlos Wilson (PSDB-PE), Esperidião Amin (PPB-SC) e Regina Assumpção (PTB-MG) e vão agora à deliberação do plenário.

Financiamento imobiliário será discutido em audiência

A CAE também aprovou na reunião de ontem o requerimento do líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), solicitando a realização de audiência pública para debate em torno do projeto de lei de iniciativa do governo que institui o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI). A data da audiência ainda será definida.

Serão convidados para a audiência o presidente da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), Anésio Abdalla; seu assessor jurídico, Melhim Namen Chalhoub e o diretor da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg), Márcio



Jáder: audiência sobre o SFI

Baroukel Braga.

Na presidência dos trabalhos, o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) convocou reunião extraordinária da comissão para a próxima terça-feira, às 10h, quando deverão

ser apreciadas, entre outras matérias, mensagem do Poder Executivo que solicita autorização para contratação de operação de crédito externo entre o governo brasileiro e a empresa húngara Medicor Comercial, e a que encaminha ao Senado a programação monetária relativa ao quarto semestre de 1997.

Também estão na pauta solicitações do governo do Rio Grande do Norte, para contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, e do governo da Bahia, relacionada a concessões de garantias e contragarantias aos agricultores da lavoura cacaueteira baiana.